

# APROXIMAÇÃO

Revista da 2ª Vice-Presidência do  
Tribunal de Justiça do Paraná

5ª EDIÇÃO



## Editorial

No dia 1º de fevereiro, a atual gestão da 2ª Vice-Presidência completou um ano de trabalho. Nesse período, muitos avanços foram conquistados nas três políticas das quais temos competência (Juizados Especiais, Autocomposição e Cidadania).

Nesta 9ª Edição da Revista AproximAção, além de comemorarmos os resultados, queremos dividir com todos os magistrados e servidores os frutos do nosso trabalho. Por isso, nesta oportunidade pretendemos apresentar nossos principais destaques, como uma forma de prestar contas de tudo o que foi desenvolvido até aqui.

A tecnologia, destaque na última edição, aparece novamente como um ponto importante para o Judiciário Paranaense. Sistemas como a biometria e o aplicativo WhatsApp já foram empregados e começam a apresentar resultados expressivos nos Juizados Especiais do Paraná.

Os métodos autocompositivos também estiveram no foco de atenção. Além de promover melhorias estruturais, a gestão se comprometeu em buscar soluções para promover e facilitar seu acesso.

Além disso, na seara da cidadania, programas de renome como o “Criança e Adolescente Protegidos” e o “Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola” alcançaram números surpreendentes de atendimento. Da mesma forma, novos projetos, como o “Jovens Promissores” começaram a trilhar sua caminhada já com sucesso.

Nessa edição ainda trazemos mais um exemplo para a magistratura paranaense. Na coluna “Magistrado em Destaque” apresentamos um breve currículo do Dr. Rodrigo Rodrigues Dias, que desenvolve um excelente trabalho na Comarca de Toledo.

Agora, começando mais um ano de gestão, continuamos nosso caminho com muito entusiasmo e dedicação. Permanecemos contando com a participação de todos, com críticas ou sugestões, para que, juntos, possamos superar novos desafios e continuar promovendo o crescimento do Tribunal de Justiça do Paraná.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Equipe da 2ª Vice-Presidência

## Índice

- Reforço Extraordinário de Pauta - 03
- Intimações por WhatsApp já são realidade nos Juizados Especiais - 03
- Biometria, uma tecnologia usada a favor da Segurança Pública - 04
- Turmas Recursais ganham eficiência a partir de mudanças estruturais - 05
- Novo Juizado Especial PUC-Cajuru - 06
- POP – Juizados Especiais ganha novos conteúdos - 07
- TJPR recebe elogios pela realização do XLII FONAJE - 08
- Operação Litoral completa 20 anos - 09
- Conciliação e Mediação em Destaque! – 10
- 3 Empresas conquistam o Selo Puro CEJUSC – 10
- Formação de Conciliadores e mediadores – 11
- Semana Nacional da Conciliação – 12
- Fórum de Conciliação Virtual – 12
- Programa Pacificar atinge diferentes segmentos:  
Paz na Escola – 13  
Paz nas Comunidades – 14  
Cejusc Empreendedor  
Pacificar é Divino – 15
- Criança e Adolescente Protegidos identifica 29 mil menores em 2017 – 16
- Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola atende mais de 14 mil crianças – 17
- Geração Atitude – 18
- 1ª Edição do Programa Jovens Promissores atende 45 adolescentes – 19
- Magistrado em Destaque - 20

## Expediente

Desembargadora Lidia Maejima  
2ª Vice-Presidente  
do Tribunal de Justiça do Paraná

Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentsch  
Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência  
do Tribunal de Justiça do Paraná

## Completando 1 ano de Gestão, 2ª Vice-Presidência comemora resultados expressivos

No último ano, a atual gestão da 2ª Vice-Presidência conquistou importantes resultados para as três políticas das quais é responsável: os Juizados Especiais, a Autocomposição e a Cidadania.

Com relação aos Juizados Especiais, a primeira grande necessidade foi conhecer todos os desafios que envolvem o trabalho de magistrados e servidores. Vários estudos e visitas fizeram com que a equipe da 2ª Vice-Presidência promovesse o desenvolvimento de novas funcionalidades, trazendo a tecnologia para perto do judiciário paranaense.

Além de adequações em sistemas, são exemplos desse trabalho a autorização da utilização do aplicativo WhatsApp para envio das intimações, o uso da biometria, em estádios e locais de realização de grandes eventos, para identificar aqueles que estão proibidos de participar de partidas de futebol ou que, estejam com algum mandado de prisão em aberto, e, ainda, a disponibilização de modelos e descrição de procedimentos por meio de videoaulas na intranet do TJPR, com o Procedimento Operacional Padrão, o POP.

A política de autocomposição também foi merecedora de destaque. Como um caminho necessário, os métodos de resolução consensual de conflitos, têm ganhado a atenção dos tribunais em todo o país. No Paraná não foi diferente. Como integrante do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, NUPE-MEC, a 2ª Vice-Presidência promoveu investimentos na formação de facilitadores, na estruturação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, os CEJUSCs, auxiliou a criação de legislação específica para acordos extrajudiciais, além de criar programas de incentivo dessa política.

Com isso, além de auxiliar o desenvolvimento da Autocomposição dentro do judiciário, a gestão conseguiu promovê-la em segmentos ainda não atingidos. As instituições religiosas foram as primeiras parceiras e ajudantes nessa missão. Por meio do Programa “Pacificar é Divino”, diversos religiosos foram capacitados para atuarem como facilitadores em sessões que pretendem resolver as questões de suas comunidades, dentro das igrejas, sem a necessidade da abertura de um processo judicial.

A partir do sucesso dessa iniciativa, outras foram criadas,



formando um grande Programa “guarda-chuva”, o “Pacificar”, que abrange ações com objetivos semelhantes, mas que atingem públicos diferentes. A comunidade escolar, assim como as comunidades mais isoladas, por exemplo, devem seguir caminhos semelhantes com a promoção da mediação escolar e da mediação comunitária a partir dos projetos “Paz nas Escolas” e “Paz nas Comunidades”. Também os empresários devem ser beneficiados com a autocomposição com o desenvolvimento do “Cejusc Empreendedor”, que pretende realizar atendimentos específicos para esse público.

Na política da Cidadania também não faltaram ações de sucesso. O Programa “Criança e Adolescente Protegidos”, desenvolvido há 3 anos, ganhou parcerias importantes, como a feira de serviços “Paraná Cidadão” e o trabalho conjunto com a Associação Paranaense de Oftalmologia, APO, que auxiliaram a iniciativa a atingir milhares de jovens por todo o Estado. Já o Projeto “Jovens Promissores”, que teve sua primeira edição iniciada em 2017, também promoveu resultados expressivos no auxílio aos adolescentes que se encontram na fase final do acolhimento institucional.

Além disso, o renomado Programa “Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola”, manteve o fôlego. Com a criação de um grupo de coordenação formado por quatro magistradas, o programa continuou expandindo e, em 2017, atendeu quase 15 mil crianças em todo o Paraná.

Ao final do primeiro ano, a equipe da 2ª Vice-Presidência promete seguir o mesmo ritmo em 2018. Além das ações e iniciativas desenvolvidas até aqui, outras novidades já estão em fase de documentação e desenvolvimento, com o objetivo de garantir maior celeridade, segurança e acessibilidade, não só aos magistrados e servidores do TJPR, como também à população que tanto necessita do Poder Judiciário.

## Reforço Extraordinário de Pauta

Com o objetivo de promover a celeridade nas unidades do Sistema dos Juizados Especiais, que vêm enfrentando dificuldades para designar audiências, a equipe da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná desenvolveu uma série de estudos que culminaram no lançamento de uma nova ferramenta: o "Reforço Extraordinário de Pauta" (REP).

Aprovada pelo Conselho de Supervisão, na sessão do dia 07 de novembro, a iniciativa trata da disponibilização pontual e extraordinária de atos remuneráveis suplementares a Auxiliares da Justiça (Juizes Leigos e Conciliadores). A partir de um estudo de impacto financeiro, percebeu-se a possibilidade de criação de 400 atos remuneráveis adicionais mensais, divididos em 150 para os Juizes Leigos e 250 para os Concilia-

dores.

Este sistema de contingenciamento das microcrises pontuais será gerido diretamente pela 2ª Vice-Presidência, responsável pela Supervisão dos Juizados Especiais do Paraná, que, mensalmente, concederá os atos adicionais, dividindo os 400 disponíveis entre as comarcas que mais necessitarem. Para tanto, os magistrados interessados no Reforço Extraordinário de Pauta deverão formular um pedido, via S.E.I., para a unidade supervisora, descrevendo os fundamentos pelos quais entendem que devem ser contemplados.

O REP começará a ser implementado em todo o Estado a partir do mês de fevereiro de 2018, salientando que todos os pedidos, bem como a disponibilização dos atos, terão validade mensal. Para maiores informações, o SEI nº 0057883-33.2017.8.16.6000 poderá ser consultado.

## Intimações por WhatsApp já são realidade nos Juizados Especiais

Extremamente popular entre os brasileiros, o aplicativo de telefone celular "WhatsApp" foi mais uma tecnologia incorporada ao judiciário no último ano. Objeto de estudo no estado desde 2016, com um projeto-piloto desenvolvido no 3º Juizado Especial da Comarca de Maringá, pela saudosa Juíza Liéje Aparecida de Souza Gouvêia, a partir de fevereiro de 2017 o uso do aplicativo foi autorizado no âmbito dos Juizados Especiais do Paraná, por meio da Instrução Normativa Conjunta (nº 01/2017), da Corregedoria Geral da Justiça e da 2ª Vice-Presidência do TJPR.

Além dessa autorização, para viabilizar o uso da ferramenta, também foram licitados aparelhos celulares para todas as secretarias dos Juizados Especiais do estado. Em setembro de 2017, uma cerimônia que reuniu magistrados e servidores de Curitiba e região metropolitana, oficializou a entrega dos telefones. No total, foram entregues 195 aparelhos para todas as comarcas paranaenses, com a finalidade de serem utilizados especificamente para essa função.

Por meio do aplicativo, os servidores podem encaminhar intimações nos casos de cumprimento de despacho, levantamento de alvará, comparecimento em audiências, pagamento de custas processuais, cumprimento de sentenças, entre outros. A proposta é facilitar a comunicação com as pessoas envolvidas no processo, já que a informação chega de maneira instantânea e fica arquivada no aparelho. No entanto, o serviço só é utilizado depois de informar a parte



do funcionamento da ferramenta e da assinatura do termo de adesão, que autoriza o envio de intimações por esse meio.

De acordo com o último levantamento, até janeiro de 2018, foram registradas, em todo o Paraná, mais de 11 mil adesões à ferramenta. Com isso, aos poucos, as intimações começaram a migrar do formato de correspondência ou por oficial de justiça, para o aplicativo. De todas as intimações expedidas com o uso do telefone celular, mais de 86% foram recebidas com êxito, o que comprova a eficiência da tecnologia.

## Benefícios do Aplicativo

- **Economia** - a intimação pelo 'WhatsApp' será responsável por reduzir custos, já que, antes do aplicativo, as secretarias dos Juizados realizavam intimações e notificações através de correspondência ou por oficial de justiça. De acordo com um levantamento em 2016, apenas nos Juizados Especiais de Curitiba, foram gastos mais de um milhão de reais com a expedição de cartas, valor que será reduzido substancialmente a partir do uso dos celulares.

- **Celeridade** - o aplicativo permite que a informação chegue até às partes de maneira instantânea e, ainda,

facilita a comunicação entre elas e o judiciário.

- **Eficiência na prestação jurisdicional** - com a diminuição do uso de cartas, os servidores poderão ser liberados para a realização de demais atividades nas unidades.

- **Segurança** - o aplicativo marca as mensagens com informações acerca do horário de envio, recebimento e leitura; outra vantagem, é que o conteúdo da intimação fica sempre no celular, ao alcance das partes, evitando possíveis extravios de documentos.

## Biometria, uma tecnologia usada a favor da Segurança Pública



Segurança, do DETRAN-PR e do Instituto de Identificação, por intermédio de uma webservice segura desenvolvida pela CELEPAR. No instante em que o espectador coloca sua digital no leitor biométrico, um conjunto de códigos informa se o indivíduo está identificado corretamente e, ainda, se há contra ele mandado de prisão em aberto ou restrição para entrada no estádio.

Até o momento, somente o Clube Atlético Paranaense aderiu ao sistema, utilizando o serviço desde 10 de setembro de 2017, efetuando a consulta biométrica de todos os torcedores que ingressam no estádio, garantido, assim, a identificação precisa e a segurança de todos que frequentam os jogos de futebol.

O Coritiba Foot Ball Club e o Paraná Clube já manifestaram interesse em aderir a esse sistema e estão atualmente adaptando suas infraestruturas para tanto.

### Biometria nas viaturas da Polícia Militar

Esse serviço de consulta biométrica foi base para mais um avanço na área da segurança pública, que tem contado com a participação da 2ª Vice-Presidência: trata-se do projeto de biometria nas viaturas da Polícia Militar. Idealizado a partir do sucesso da biometria nos estádios, este novo projeto se destina a viabilizar a checagem biométrica dos cidadãos abordados em operações policiais direto na viatura.

Atualmente, o projeto se encontra em fase piloto, realizada mediante o uso de computação embarcada e móvel em 03 viaturas do Batalhão Policial Militar Rodoviário, durante a operação verão 2017/18, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, DETRAN e CELEPAR. Para este primeiro teste, foi desenvolvido um software

pela empresa Antheus, que possibilita a checagem biométrica e facial de acordo com o cadastro de restrições (black list, com mais de setenta e cinco mil cadastros), identificando a eventual existência de mandado de prisão, bem como de condutores de veículos automotores que estejam dirigindo com CNH suspensa ou cassada, emitindo-se certidão quanto à consulta.

Até o dia 23/01/2018, durante a realização da prova de conceitos na operação verão, foram realizadas pelas 3 viaturas participantes do projeto 1.387 pesquisas, sendo 1.094 consultas biométricas e 293 de reconhecimento facial. Desse total, foram identificados 17 casos de CNH irregular e 1 mandado de prisão em aberto.

O objetivo é, futuramente, inserir a checagem biométri-

ca no processo de lavratura dos Termos Circunstanciados via mobile. Para tanto, esse mesmo software de consulta, atualmente utilizado nas viaturas, está sendo testado em 3 cartórios da PMPR que lavram esses termos, viabilizando a checagem biométrica e facial de todos os indivíduos que figurem como noticiados em infrações penais de menor potencial ofensivo. Nessa etapa de teste, até o dia 23/01/2018, os cartórios realizaram 159 consultas biométricas dos noticiados.

Todas essas ações revelam a preocupação da 2ª Vice-Presidência em aperfeiçoar os procedimentos que impactam nos Juizados Especiais Criminais, retribuindo à sociedade cada vez mais segurança e a certeza de que o Estado está presente atuando em prol do cidadão.

## Turmas Recursais ganham eficiência a partir de mudanças estruturais

O primeiro ano de trabalho da atual gestão da 2ª Vice-presidência foi marcado por uma série de estudos e modificações propostos para a Turma Recursal do Paraná.

As primeiras modificações, de ordem estrutural, ocorreram no início do segundo semestre, com a ampliação dos gabinetes e salas de sessão, graças ao irrestrito apoio da Presidência do TJPR. Instaladas em 4 andares da sede Mauá, as turmas passaram a contar com 3 salas de sessão, uma sala dedicada à OAB e, ainda, tiveram os gabinetes compartilhados transformados em individuais.

Além disso, encerrou-se o regime de exceção, que perdurava por mais de cinco anos, criando-se 8 cargos de Juiz para a Turma Recursal, as maiores conquistas alcançadas para a corte de julgamento. Tal resultado foi garantido por meio de um projeto, de iniciativa conjunta da Presidência e da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, transformado em anteprojeto de lei pelo Órgão

Especial, que resultou na Lei Estadual nº 19.156/2007, sancionada pelo Governador do Estado. A iniciativa transformou as varas judiciais criadas e ainda não instaladas, utilizando os respectivos cargos de juiz para o provimento dos cargos de juiz das Turmas Recursais, o que tornou possível a criação, por parte do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, de 2 Turmas que, até então, atuavam em virtude da situação excepcional.

No final do mês de novembro, o Órgão Especial escolheu os 8 magistrados que passaram a atuar nas Turmas Recursais, somando-se aos 8 Juizes titulares já atuantes, compondo 4 Turmas Recursais, com 4 magistrados cada uma, além da Turma Reunida. Com isso, também foi percebido um aumento no número de assessores, pois aos magistrados titulares estão vinculados maior número de cargos de assessoria em comparação aos substitutos.

Ainda, em 2017, uma outra ferramenta foi disponibilizada à mesma corte: o Sistema de Sustentação Oral por Videoconferência. Utilizado de forma experimental em uma solenidade de apresentação, o sistema tem como objetivo garantir maior celeridade e acessibilidade ao 2º grau dos Juizados Especiais, viabilizando que as



sustentações orais de advogados, cujos processos sejam oriundos de Londrina e Região Metropolitana (Ibiporã, Cambé e Rolândia), possam ser realizadas no Fórum de Londrina, por meio da tecnologia de videoconferência, sem a necessidade de deslocamento até às sessões realizadas em Curitiba.

A partir desse primeiro teste, o uso da tecnologia continuará funcionando em caráter experimental nas sessões de julgamento da 1ª e 4ª Turmas Recursais, a partir de 26 de fevereiro de 2018. Para tanto, os advogados terão que registrar o pedido de sustentação oral por meio do sistema Projudi.



A 2ª Vice-Presidência do TJPR vem trabalhando para viabilizar o treinamento dos servidores e advogados envolvidos com essa nova ferramenta, a partir do desenvolvimento de um material de apoio, com instruções do sistema, além de videoaulas.

## Novo Juizado Especial PUC-Cajuru

Confirmando o entendimento adotado pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, o Órgão Especial, em dezembro de 2017, editou a Resolução nº 126, que converteu o 2º Juizado Especial Cível e Criminal no Juizado Especial PUC-Cajuru.

A instalação do Juizado é fruto do Projeto Juizados Especiais nas Universidades, objeto de estudo da 2ª Vice-Presidência do TJPR ao longo de todo o ano passado. Durante as pesquisas iniciais, foi apurada a existência de, aproximadamente, 100 Juizados Especiais funcionando em Faculdades de Direito de todo o país, com avaliações bastante positivas, inclusive, por parte do CNJ. Assim, após traçar critérios objetivos e impessoais ligados à qualidade de ensino, à infraestrutura e à localização dos Núcleos de Prática Jurídica, a 2ª Vice-Presidência apresentou o projeto a todas as Faculdades de Direito de Curitiba que se enquadravam nas características exigidas. Dentre tais instituições, a

Reitoria da PUC/PR foi a primeira a manifestar interesse em participar, oferecendo, para tanto, instalações excelentes, conforme avaliação técnica intersetorial por parte do TJPR.

Conforme convênio firmado entre o TJPR e a PUC/PR, a nova unidade funcionará nas instalações do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da PUC/PR, localizado na R. Iapó, 1.111. A competência territorial abrange os bairros Cajuru, Capão da Imbuia, Guabirota, Jardim Botânico, Jardim das Américas, Prado Velho e Uberaba, área que, segundo dados do último censo, abriga cerca de 230 mil habitantes, incluindo comunidades socialmente vulneráveis. Caberá ao Juizado Especial PUC-Cajuru o julgamento dos feitos da competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, excluídas as matérias atendidas por unidades especializadas (como Fazenda Pública, telefonia, bancário e acidentes de trânsito).

A medida implicará incremento de mão-de-obra, na medida em que os alunos do NPJ, sob a supervisão de professores, prestarão auxílio em diversas áreas do Juizado. Ademais, a transferência para a estrutura da universidade trará redução de gastos públicos, como aqueles relativos a manutenção predial, aquisição de



bens de consumo e serviços terceirizados, despesas estas sob a responsabilidade da PUC/PR, que cederá o espaço gratuitamente. Com a fixação da competência territorial, o Tribunal dá mais um passo em sua política de descentralização, que tem se mostrado de fundamental importância para garantir, a toda a população, o acesso à justiça. Afinal, além do Poder Judiciário mais próximo, os cidadãos atendidos no Juizado contarão com o atendimento multidisciplinar e a assistência jurídica prestada pela instituição de ensino, a qual já oferece uma gama de serviços à população da região.

Outra vantagem buscada com a aproximação entre o Tribunal de Justiça e o meio acadêmico diz respeito ao incentivo a práticas inovadoras, que gerem como resultado a melhoria dos serviços prestados. Nessa linha, é de se destacar, por exemplo, a intenção da PUC/PR em atuar junto às



conciliações levadas a cabo no Juizado Especial, contando com a rica parceria com a Universidade Norte-americana de Pepperrine.

O funcionamento do Juizado Especial PUC-Cajuru, no novo endereço, deve iniciar assim que as obras de adequação sejam concluídas. No entanto, as novas regras de competência territorial passaram a valer a partir do dia 22 de janeiro. Dessa forma, o acervo processual do antigo 2º Juizado Especial poderá ser consideravelmente reduzido até a mudança de endereço, facilitando o regime de transição.

## POP – Juizados Especiais ganha novos conteúdos

O Procedimento Operacional Padrão dos Juizados Especiais (POP-Juizados), implementado em setembro de 2017 pela 2ª Vice-Presidência do TJPR em parceria com a ESEJE, concretizou-se uma importante meta traçada pela atual gestão. Concebida a partir de notável demanda do 1º grau de jurisdição, referente à padronização de procedimentos e o treinamento de servidores, o projeto foi muito bem recebido por parte dos servidores e estagiários do Paraná, especialmente no interior do Estado.

A página inicial do projeto conta, hoje, com quase 2 mil acessos e, desde a implementação, solicitou-se o ingresso de cerca de 300 logins à comunidade dos Juizados Especiais. O POP está disponibilizado na intranet do site do Tribunal de Justiça do Paraná ([www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br)), e conta com, aproximadamente, 500 modelos de documentos e 50 videoaulas de treinamento, das competências cível, criminal e fazendária, bem como do juizado do torcedor.

Recentemente, no mês de dezembro de 2017, o projeto foi estendido à Operação Litoral, tendo sido disponibilizadas 5 videoaulas acerca das rotinas mais usuais, bem como cerca de 20 modelos de documentos mais utilizados em cada área de atuação.

Em 2018, o projeto continuará sendo aprimorado, não apenas nas áreas dos Juizados Especiais, a partir da criação de manuais específicos para estagiários do Tribunal de Justiça, mas, também, se estenderá aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), com a viabilização de procedimentos padrões para auxílio dos servidores designados.

Considerando o caráter dinâmico do projeto, cujas atualizações variam conforme a demanda, pretende-se que, até o fim da atual gestão, o importante ideal de treinamento e padronização de procedimentos continue sendo alcançado, de modo a auxiliar cada vez mais os servidores e estagiários.

## TJPR recebe elogios pela realização do XLII FONAJE



Com o objetivo de reunir magistrados do Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais para compartilhar experiências e também uniformizar métodos de trabalho e procedimentos, por meio de enunciados, o XLII Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE), foi realizado em Curitiba entre os dias 8 e 10 de novembro. O evento, que reuniu mais de 400 pessoas de todo o país, contou com 12 horas de programação e foi bastante proveitoso.

Dentre os palestrantes, estiveram magistrados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo, que trouxeram assuntos relevantes para a política dos Juizados Especiais, além de profissionais de outras áreas como: a Diretora do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Paraná (PROCON), Cláudia Francisca Silvano, o Professor de Psiquiatria da faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Arthur Guerra e a Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, do Conse-

lho Nacional de Justiça (CNJ). Um dos maiores destaques foi a palestra de encerramento, comandada pelo Ministro Luis Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), com o tema “Dignidade Humana, Bem Jurídico e Jurisdição Constitucional”.

Compondo a programação, os magistrados e servidores ainda participaram das discussões propostas em 5 grupos de estudos, tratando de temas como: Conciliação e Conhecimento, Conciliação e Execução, Juizado Criminal, Fazenda Pública; e Gestão e Turma Recursal. Eles debateram os enunciados propostos e decidiram os assuntos que seriam tratados na Assembleia Geral do evento.

No último dia, reunidos no auditório do Pleno, os participantes do XLII FONAJE escolheram os novos integrantes para a próxima edição do Fórum e elegeram os integrantes das comissões, além de aprovarem um enunciado e duas propostas de moções. Encerrando as atividades, ainda foi redigida uma carta com os principais objetivos alcançados pelo evento

## Operação Litoral

Com o objetivo de atender a alta demanda da região litorânea no período de férias de verão, a Operação Litoral, realizada anualmente, comemora, nessa temporada, sua 20ª edição.

O projeto, realizado em duas etapas, teve a primeira fase realizada entre os dias 27 de dezembro de 2017 e 05 de janeiro de 2018, e a segunda entre os dias 08 e 15 de fevereiro de 2018. Coordenado pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, a equipe formada por magistrados e servidores, contou com o apoio do Ministério Público do Paraná (MP-PR) e das polícias Militar e Civil.

Atuando nos Postos de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, além da Ilha do Mel, atendida por meio de uma equipe móvel, a Operação foi responsável por realizar atendimentos de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, além de casos afetos às áreas da Infância e Juventude. Somando os dois períodos, foram registradas mais de 550 autuações, 545 audiências realizadas e mais de 76 mil reais de prestação pecuniária, que serão investidos nas comunidades locais. De acordo com o levantamento final, de todos os processos iniciados nos períodos da Operação, 62% foram finalizados.



Além disso, o Juizado Especial Móvel percorreu todo o litoral com uma Van, prestando atendimento e esclarecimentos à população. Cerca de 2.500 pessoas receberam as orientações da equipe, que ainda foi responsável por realizar sete mediações que resultaram na solução dos conflitos apresentados.

A novidade da edição ficou com a utilização, pela Polícia Militar, do sistema de biometria. A tecnologia, já empregada nos estádios de futebol de Curitiba, foi implantada em viaturas da PM com o objetivo de identificar indivíduos que possuem mandado de prisão ou alguma ordem de restrição decretados contra si

## Homenagem aos pioneiros

Comemorando 20 anos de atuação, a Operação Litoral ganhou uma festa de aniversário durante a quarta-feira de cinzas. Realizado na sub sede da Associação dos Magistrados, em Guaratuba, o evento reuniu mais de 50 pessoas, entre Desembargadores, Juizes de Direito, servidores e autoridades locais.

A celebração contou com a presença do Presidente do TJPR, Desembargador Renato Braga Bettega, da 2ª



Vice-Presidente do TJPR e Supervisora da Operação Litoral, Desembargadora Lidia Maejima, e do Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch, que entregaram placas de homenagem aos magistrados pioneiros da iniciativa, o Desembargador Darcy Nasser de Melo, o Desembargador Roberto Portugal Bacellar e o Dr. Roberto Luiz Santos Negrão.

Um vídeo institucional sobre a iniciativa foi apresentado, destacando o trabalho dos magistrados pioneiros. Vice-Presidente e Supervisor do Sistema de Juizados Especiais entre os anos de 1997 e 1998, o Des. Darcy de Melo foi homenageado por ser o responsável pela aprovação e desenvolvimento da primeira Operação Litoral. O Des. Roberto Portugal Bacellar, juiz auxiliar da Vice-Presidência no mesmo período, recebeu destaque pelo desenvolvimento de todo o projeto, e o Dr. Roberto Luiz Santos Negrão, que atuava como Juiz de Direito na Comarca de Guaratuba, foi lembrado como o autor do requerimento que originou a iniciativa.

## Conciliação e Mediação em Destaque!

A política de autocomposição vem ganhando destaque em todo o judiciário brasileiro e, no Paraná, não é diferente. Em 2017, um grande avanço conquistado foi a Lei Estadual nº 19.258, de 05/12/2017, que institui a taxa para a realização de mediação, conciliação e homologação de acordos extrajudiciais, no âmbito pré-processual, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC.

Esse novo serviço, colocado à disposição da população, atende situações em que ainda não existe um processo judicial, mas as partes buscam o auxílio do Poder Judiciário para a resolução de seus conflitos. Nesse sentido, o valor arrecadado com a cobrança da taxa, possibilitará ao Tribunal melhor estruturar a prestação dos serviços no CEJUSC, inclusive para o atendimento da população que não dispõe de recursos e que será atendida gratuitamente.

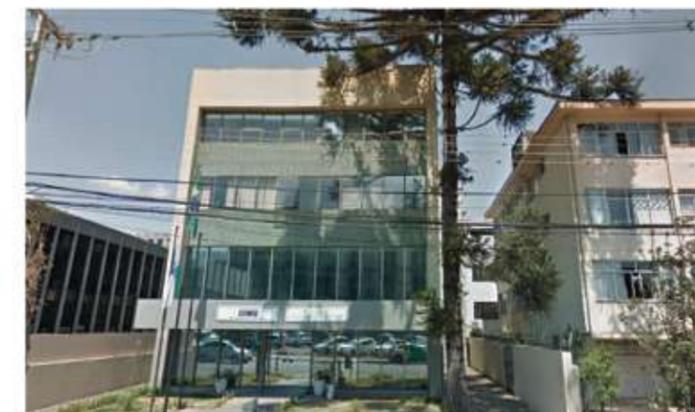
Por fim, essa receita, aliada a outros investimentos feitos pela atual gestão do Tribunal de Justiça, possibilitará a implementação da Política Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, estabelecida pela Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça.



**CEJUSC**  
Paz e Cidadania

## Novas Instalações do Cejusc do Fórum Cível

Além disso, no mês de julho, uma mudança estrutural auxiliou a realização das audiências de conciliação e mediação oriunda das Varas Cíveis do Foro Central de Curitiba (1º Grau de Jurisdição). Antes realizadas em pequenas salas localizadas no prédio do Fórum Cível, elas passaram a acontecer no novo endereço do CEJUSC do Fórum Cível, na Rua Lysímaco Ferreira da Costa, 355, no Centro Cívico. A medida foi provocada pela 2ª Vice-Presidência, com total apoio da Presidência que, sensibilizada com a precária situação das instalações no endereço antigo, autorizou a mudança.



Ainda para melhorar a capacitação dos futuros conciliadores e mediadores atuantes na Capital, como forma de atendimento à Política Nacional de Conciliação e Mediação do CNJ (Res 125/2010), houve a necessidade de reestruturação da nova sede, para que o local passasse a contar com salas específicas à capacitação. Atualmente, o espaço está passando por uma reestruturação física, comandada pelo Departamento da Engenharia e Arquitetura do TJ, com o objetivo de oferecer melhores condições de trabalho aos servidores e melhor ambiente aos jurisdicionados.

## 3 Empresas conquistam o Selo Ouro CEJUSC

Depois de ser lançado pela 2ª Vice-Presidência em 2017, com o objetivo de dar reconhecimento às empresas que alcançarem índices relevantes de acordo durante as audiências de conciliação e mediação, o Selo CEJUSC de Certificação já foi conquistado por três empresas.

No mutirão de processos bancários que lançou a premiação, em setembro de 2017, o primeiro Selo, na categoria Ouro, foi conquistado por uma empresa participante. Durante as audiências reali-



zadas no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Centro Cívico, o Banco do Brasil S/A conseguiu fechar acordo em mais de 70% dos processos incluídos na pauta, alcançando a maior certificação.

Na sequência, as empresas AMIL e MRV, também receberam a certificação pelos resultados alcançados em mutirões realizados no CEJUSC de 2º grau. Representando a AMIL, o Dr. Gilson Rosales da Matta recebeu a condecoração pelo mutirão realizado entre os dias 25 e 29 de setembro, quando foram realizadas 101 audiências de casos envolvendo a empresa. Na ocasião, 71 deles foram finalizados com acordo, gerando um índice de 70,3% de consenso.

A MRV, representada pela Dra. Rafaela Chelotti, participou da entrega do Selo pelo trabalho realizado nas duas últimas semanas do mês de outubro, quando foram realizadas 124 audiências com a empresa. Na ocasião, o índice de consenso atingiu os 70,6%, com 87 acordos registrados.

Os representantes das duas últimas empresas premiadas receberam os certificados, em dezembro, das mãos da Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR, e do Desembargador Gilberto Ferreira, Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) de 2º Grau, num pequeno evento realizado para agradecer e realçar o trabalho de toda a equipe.



Além do destaque às empresas, a certificação também pretende fomentar a importância da aplicação dos métodos consensuais de solução de conflitos. Ela está disponível para todos os CEJUSCs do estado que realizarem pautas concentradas. Com isso, a expectativa é que os mutirões originem estatísticas que reconheçam o grau de comprometimento das empresas em reduzir seu acervo judicial por meio da autocomposição.

Os selos serão concedidos de acordo com o seguinte resultado: selo bronze, indicará regularidade e será concedido às empresas que alcançarem 30% a 40% de redução de acervo de processos por meio da resolução consensual; selo prata, é a certificação de satisfação, concedido à empresa que alcançar um índice de resolução entre 40% e 70%; e selo ouro, será a certificação de excelência, concedida à empresa que atingir mais de 70% de acordos.

## Formação de conciliadores e mediadores

Responsável pela Presidência do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), a 2ª Vice-Presidente do TJPR, em parceria com a Escola de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (ESEJE), dedicou amplos esforços, em 2017, para capacitar novos conciliadores e mediadores judiciais. Durante todo o ano, foram realizados 24 cursos em todo o estado, com a formação de 458 terceiros facilitadores que já estão habilitados a dar início à etapa prática (estágio supervisionado), junto aos CEJUSCs.

Em 2018, o trabalho de capacitação começou com a realização de 3 cursos concluídos, com a capacitação de 38 pessoas. Além disso, outros três estão em andamento, com 45 cursistas. Com isso, apenas nos primeiros meses do ano, 8 comarcas serão contempladas com a formação dos facilitadores.

### Reconhecimento de instituições formadoras de conciliadores e mediadores

Além das capacitações promovidas pelo TJPR, uma nova regulamentação, ainda em processo de desenvolvimento,

tornará o NUPEMEC responsável por reconhecer, como "Instituição Formadora", as instituições que pretendam promover a capacitação de mediadores e conciliadores judiciais, para atuação no âmbito da Justiça Estadual.

A orientação é estabelecida pela Resolução nº 6/2016, alterada pela Resolução nº 3/2017, ambas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Os instrumentos normativos definem que os Tribunais de Justiça serão os responsáveis pelo reconhecimento e fiscalização dessas instituições.

Para tanto, o NUPEMEC, em nome do TJPR, fará a análise de critérios objetivos, como a habilitação jurídica e a regularidade fiscal, a qualificação técnica e a infraestrutura para realizar o reconhecimento. A vigência das concessões serão de 2 anos e terão validade apenas para atuação da instituição ou centro educacional dentro do Paraná. O pedido de renovação do reconhecimento deve ser feito com antecedência mínima de 6 meses do termo final, com a atualização de toda a documentação e a comprovação de realização de pelo menos um curso durante a última concessão.

## Semana Nacional da Conciliação

O Poder Judiciário do Estado do Paraná, por meio de sua 2ª Vice-Presidente, participou ativamente da 7ª edição da Semana Nacional da Conciliação. Promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a campanha foi realizada em todo o país, entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 2017.

De acordo com os dados divulgados pelo CNJ, mais de 270 mil audiências de conciliação foram realizadas nesse período, em todo o território nacional. Em termos financeiros, as audiências foram responsáveis por gerar mais de 1,4 bilhão de reais em acordos homologados, contabilizando-se, neste montante, os resultados tanto da Justiça Estadual, quanto da Justiça Federal e do Trabalho.

No Paraná, a Justiça Estadual foi responsável por realizar mais de 7 mil audiências nos cinco dias de mutirão. No total, foram homologados mais de 6,5 milhões de reais em acordos. O índice de consenso superou os 22%, e o maior destaque ficou com as audiências pré-processuais que conquistaram um índice de acordo de quase 38%.

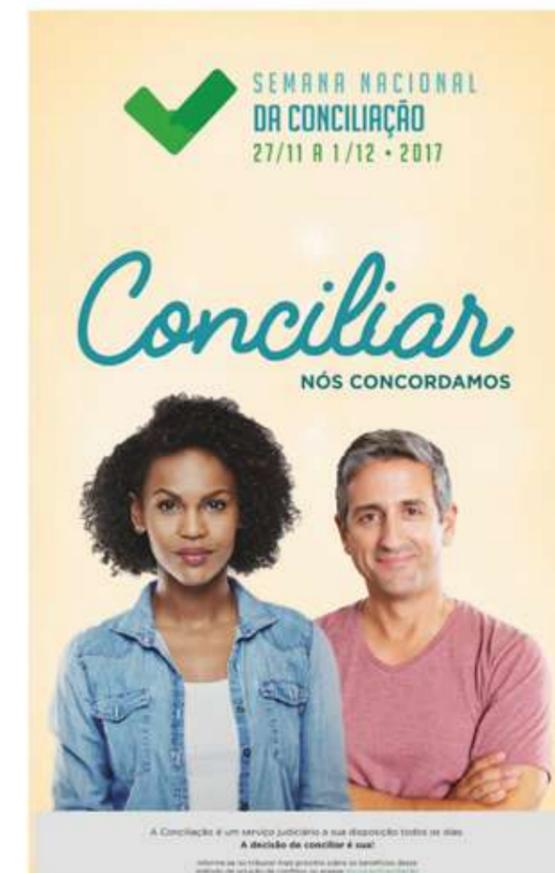
É importante lembrar que, além dos índices e valores conquistados durante a semana, a campanha pretende promover a conciliação durante todo o ano. A solução dos processos judiciais por consenso está disponível para a população em qualquer tipo de ação e em qualquer momento do processo. Cabem aos juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, sua divulgação e promoção.

## Fórum de Conciliação Virtual

Em novembro de 2017, os Juizados Especiais do Paraná passaram a contar com uma nova ferramenta para a realização de acordos judiciais, o "Fórum de Conciliação Virtual". Trata-se de um "chat", ou seja, um ambiente de troca de mensagens dentro do próprio sistema de tramitação processual (Projudi), que permite que autor e réu possam negociar os termos do processo, através do envio de mensagens de texto.

O projeto, que se encontra em fase de teste, está funcionando no 1º Juizado Especial de Curitiba, e já foi utilizado em cerca de 100 processos. Aprovada pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Paraná, a plataforma foi proposta pelo Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa Neto, juiz titular do 1º JEC, e inspirado na ferramenta de mesmo nome do TRF 4ª Região, idealizada pela Juíza Federal Ingrid Shroder Sliwka.

Para utilização do "chat", as partes devem solicitar acesso ao juiz responsável pelo processo, e, a partir desse procedimento, os advogados também podem se manifestar livremente no ambiente virtual. Caso as partes cheguem a um acordo, o



termo será redigido em um campo específico, disponibilizado no sistema, e encaminhado para homologação do juiz.

Dessa forma, o Tribunal de Justiça do Paraná, por meio de sua 2ª Vice-Presidente, pretende promover uma alternativa a designação de audiência presencial, que acarretará uma maior comodidade aos jurisdicionados, além de garantir celeridade processual.



# Programa Pacificar atinge diferentes segmentos sociais

Após o sucesso do Programa Pacificar é Divino, consistente no treinamento de líderes religiosos em técnicas autocompositivas de solução de conflitos, a 2ª Vice-Presidência do TJPR, em parceria com a ESEJE e com o CEJUSC Fórum Cível de Curitiba, ampliou a iniciativa, através da criação do Programa Pacificar.

Mais amplo do que o Pacificar é Divino, o Programa Pacificar abrange diversos programas e projetos voltados à formação de pacificadores em diferentes setores da sociedade, sempre visando a divulgação dos métodos autocompositivos e a difusão da cultura da paz e do diálogo. Integram essa iniciativa: o Pacificar é Divino, Paz na Escola, Paz nas Comunidades e CEJUSC Empreendedor.

Considerando as particularidades de cada público-alvo, as ações, apesar de semelhantes, são adaptadas a cada contexto onde o Programa é aplicado, o que inclui, não apenas os conteúdos ministrados nos cursos de formação, como, também, outras ações necessárias para a pacificação de cada segmento social específico.

## Paz na Escola



O projeto Paz na Escola visa formar, dentre os atores escolares, agentes aptos a conduzirem mediações e práticas restaurativas, de forma a destinar o tratamento adequado aos conflitos envolvendo alunos, pais e outros membros da comunidade escolar em geral.

As ações tiveram início em outubro de 2017, com uma reunião com representantes de escolas estaduais, a fim de que a cultura do diálogo e a construção de consensos estivessem presentes desde a concepção do projeto. Na sequência, foram iniciadas as tratativas com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), que culminaram na realização de um curso de sensibilização em

práticas restaurativas para servidores da SEED.

A capacitação, organizada por meio da parceria entre a 2ª Vice-Presidência do TJPR e a ESEJE, realizou-se no dia 18 de dezembro, e contou a participação de 25 profissionais de ensino, dentre os quais a Superintendente de Educação. Durante 8hs de curso, os participantes foram apresentados às ações do Programa Pacificar, conheceram algumas das ferramentas utilizadas pela Justiça Restaurativa, bem como técnicas de solução consensual de conflitos, visando sua aplicação no ambiente escolar.

Ao final, os participantes deram resposta bastante positiva às ações propostas, afirmando que a resolução de conflitos constitui, estatisticamente, a maior demanda que as escolas apresentam à SEED. Dessa forma, uma vez demonstrada a pertinência e a urgência das ações do Paz na Escola, foi sugerido que os cursos de mediação escolar sejam aplicados nos colégios estaduais durante as semanas pedagógicas e, complementarmente, pelo formato EAD.

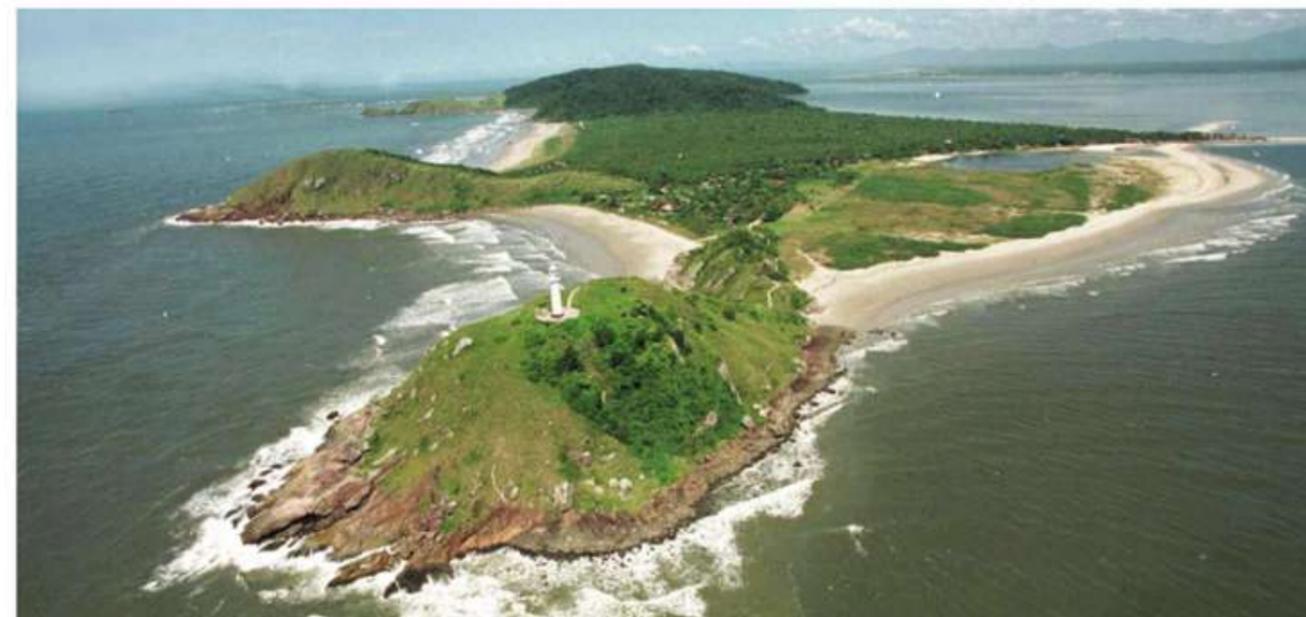
No momento, está aberta a seleção das primeiras escolas que receberão o curso de formação de pacificadores escolares, previsto para o primeiro semestre deste ano. A partir dessa primeira capacitação, a expectativa é expandir a iniciativa para outras instituições de ensino.

## Paz nas Comunidades

O Paz nas Comunidades nasceu a partir da observação do potencial que as lideranças comunitárias têm de encarar e lidar com os conflitos presentes em suas regiões. Assim, por meio do desenvolvimento da mediação comunitária e das práticas restaurativas no âmbito comunitário, é capaz de incluir princípios de pacificação social nos mais diversos contextos, com potencial para resolver, de forma eficiente, as questões conflituosas que, de outra forma, ficariam em aberto, estimulando a espiral do conflito ou, ainda, desaguardariam no Poder Judiciário.

Ademais, mesmo para aqueles casos em que a solução autocompositiva não se mostrar a mais adequada, o treinamento dos líderes comunitários é imprescindível para a identificação de tais hipóteses, quando, então, a educação para direitos revela sua importância para o acesso à justiça.

Uma vez feitos os levantamentos iniciais do projeto, as primeiras ações foram planejadas contemplando regiões litorâneas do Estado.



## Primeira Edição - Paz na Ilha

Em comemoração aos 20 anos da Operação Litoral, a primeira edição do Paz nas Comunidades, denominada Paz na Ilha, atenderá populações de comunidades litorâneas que, por barreiras geográficas, têm maiores dificuldades de acesso aos fóruns locais.

Durante o mês de fevereiro, as populações de Guaqueçaba, Ilha das Peças, Ilha de Superagui e Ilha do Mel receberão uma série de ações por parte do projeto, supervisionadas pela 2ª Vice-Presidência, em parceria com a ESEJE e com os CEJUSCS de Curitiba e de Antonina, com o apoio da Prefeitura Municipal de Guaqueçaba, da Polícia Militar e do Grupo Marista.

Na Ilha do Mel, haverá sessões de mediações em casos selecionados pela PM/PR durante o segundo período da Operação Litoral. Em seguida, os policiais que atuam na comunidade receberão curso de capacitação em técnicas autocompositivas, visando enriquecer o atendimento prestado à população pelos agentes.

Já em Guaqueçaba, será ofertado curso de formação



de facilitadores, que poderão atuar na mediação comunitária extrajudicial. A capacitação será voltada a lideranças locais (especialmente professores da rede municipal de ensino), tanto da área urbana, quanto das Ilhas de Superagui e das Peças, e será estruturada nos eixos de técnicas de solução consensual de conflitos e práticas restaurativas, educação em direitos e animação das redes sociais já existentes na comunidade.

Após a formação dos mediadores comunitários, Guaqueçaba receberá um Posto Avançado do CEJUSC de Antonina, visando a atuação pré-processual. Tal unidade será instalada em espaço cedido gratuitamente pelo Grupo Marista que, juntamente com as Secretarias Municipais de Ação Social e de Educação, serão parceiras do Tribunal de Justiça na execução dos trabalhos.

Assim, os mediadores comunitários que atuarem em casos em que haja a necessidade de homologação judicial do acordo poderão contar com tal serviço no próprio Município, reduzindo uma grande barreira ao acesso à justiça para os moradores da região.

## CEJUSC Empreendedor

O projeto CEJUSC Empreendedor é uma iniciativa por meio da qual se pretende firmar uma série de acordos de cooperação com o empresariado, visando dar atendimento a demandas que ainda não foram judicializadas.

A ação se desenvolverá por intermédio da criação de postos de atendimento nas sedes físicas de diversas entidades relacionadas à atividade comercial, como o SEBRAE e as Associações Comerciais, visando, principalmente, o atendimento às microempresas e às empresas de pequeno porte. Estes locais serão responsáveis por tratar de questões como: o parcelamento de débitos

contraídos e cobrança de créditos em significativo atraso, dilação de prazos de vencimento de obrigações, negociação de dívidas com fornecedores e revisão das taxas de juros, entre outros, com o objetivo de resolvê-los por meio de acordos pré-processuais.

Com este modelo de solução de demandas que ainda não foram judicializadas, a iniciativa pretende promover o crescimento econômico e social, afastando os “fantasmas” da falência e da recuperação judicial, viabilizando a continuidade da atividade empresarial sem que se faça necessário o monitoramento do administrador judicial e o pagamento dos honorários que lhe seriam devidos.

A primeira fase de desenvolvimento do programa já foi concluída com a apresentação do projeto para representantes de entidades relacionadas à atividade comercial. Atualmente, encontra-se em fase final de desenvolvimento, o plano pedagógico que orientará o treinamento em técnicas de negociação aos colaboradores das instituições que manifestaram interesse na adesão ao projeto.

Com o desenvolvimento dos cursos, a expectativa é que os participantes capacitados estejam aptos a desenvolver suas habilidades nos espaços “CEJUSC Empreendedor” a serem instalados.

## Pacificar é Divino

2017 foi marcado pelo sucesso do Programa Pacificar é Divino. Criado pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, no mês de março de 2017, com o objetivo de difundir a cultura do diálogo e da conciliação em todos os seguimentos religiosos, ao longo do ano, o Programa percorreu todas as suas 3 fases de desenvolvimento.

A primeira delas dedicou-se a divulgar a proposta e apresentá-la ao público alvo do Programa: os religiosos. Dessa maneira, foram realizadas reuniões com lideranças religiosas para a exposição do Programa, além de uma oficina-inaugural, para cerca de 200 pessoas de diversos segmentos, com palestras sobre os métodos consensuais de solução de conflitos e divulgação dos trabalhos do CEJUSC.

Num segundo momento, o foco das ações foi a capacitação dos religiosos indicados em técnicas de solução consensual de conflitos, como a mediação e a conciliação. Com o apoio de 4 instrutores voluntários, realizaram-se 3 cursos, responsáveis por formar 68 facilitadores, e mais um que treinou 15 religiosos para atuarem como multiplicadores do Programa. No mês de agosto,

comemorando a ampla participação das entidades religiosas, organizou-se uma solenidade de formatura no Plenário do TJPR, certificando a formação dos religiosos.

O passo seguinte, na terceira fase, avançou para a inauguração dos “Espaços Pacificar”. Esses locais, localizados dentro das instituições, destinam-se ao atendimento das pessoas em conflito e à realização das sessões de conciliação pelos facilitadores capacitados, com a elaboração de acordos que podem ser encaminhados para homologação pelo Juiz Coordenador do CEJUSC. Até o momento, em Curitiba, o Programa conta com 10 Espaços Pacificar em funcionamento: 5 em Igrejas Evangélicas, 4 em Paróquias Católicas e 1 na Sede da Federação Afro-Espírita do Paraná, em São José dos Pinhais.

Os frutos desses Espaços já começam a ser observados. Além de diversos atendimentos e orientações prestados à população pelos facilitadores, foram registrados vários acordos, inclusive com a homologação pelo magistrado competente.



O sucesso do Programa na capital motivou a 2ª Vice-Presidência a expandir a iniciativa, ainda em 2017, para outras Comarcas do Estado. Maringá, Londrina, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Pato Branco já iniciaram as atividades do Programa Pacificar é Divino, com a capacitação de 100 religiosos.

Em Maringá, além da formação de facilitadores, já foram inaugurados 3 Espaços Pacificar, 2 em Igrejas Evangélicas e 1 em uma Mesquita. Na região de Londrina, depois da realização do curso, duas inaugurações de Espaços estão previstas ainda para o mês de fevereiro.

Diante de toda essa motivação, os trabalhos permanecem voltados para a expansão do Programa. Além de prestar apoio aos multiplicadores que estão formando outros religiosos em suas instituições, o Programa pretende formatar um curso de capacitação no modelo EAD, a fim de viabilizar as capacitações no interior do Estado.

## Criança e Adolescente Protegidos identifica 29 mil menores em 2017

Em 2017, o Programa Criança e Adolescente Protegidos ganhou espaço e atingiu números surpreendentes. Durante todo o ano, quase 29 mil carteiras de identidade foram emitidas pela iniciativa.

Criado com o objetivo de garantir o direito de identificação e fortalecer a rede de segurança pública contra desaparecimentos de pessoas, através da emissão da Carteira de Identidade a todas as crianças e adolescentes matriculados na rede de ensino público, a iniciativa foi idealizada pela Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR. Atualmente, é desenvolvida em decorrência da parceria firmada entre o Tribunal de Justiça do Paraná, o Governo Estadual (por meio das Secretarias da Justiça, Educação, Segurança Pública, entre outras), Instituto de Identificação, CELEPAR e os Municípios participantes.

As identificações são realizadas nos Postos de Atendimento Totalmente Informatizados do Instituto de Identificação do Estado (PATIs), que dedicam dois dias de trabalho por mês, para atender exclusivamente os alunos encaminhados por escolas municipais e estaduais. Apenas no último ano, os PATIs prestaram atendimento à população de 39 municípios do estado.



Além disso, em 2017, o “Criança e Adolescente Protegidos” foi integrado à feira de serviços “Paraná Cidadão”, coordenada pela Secretaria Estadual da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU). A iniciativa tem como objetivo oferecer ações gratuitas que promovam cidadania e inclusão social a todos os paranaenses. Com isso, em todos os eventos realizados durante o ano, um dos dias foi dedicado a atender, exclusivamente, crianças e adolescentes. Por meio dessa parceria, o Programa esteve confeccionando documentos de identificação em 22 cidades paranaenses.

Outro grande destaque do ano foi a parceria com a Associação Paranaense de Oftalmologia (APO), oficializada a partir de um protocolo de intenções, assinado no final de junho. A união permitiu que o programa passasse a oferecer às crianças e adolescentes participantes, atendimento oftalmológico, com a identificação, e até tratamento, de problemas de visão. Dessa maneira, além da preocupação com a segurança dos menores, o programa pôde contribuir para melhorar as condições de estudo e, até mesmo, reduzir a evasão escolar.

No total, foram realizadas cerca de duas mil triagens, quando identificadas as crianças com problemas oftalmológicos, e mais de 570 exames específicos, para auxiliar no tratamento.

Em 2018, a expectativa é continuar aumentando o número de crianças e adolescentes identificados. As parcerias com a APO e o Paraná Cidadão permanecem e, entre os meses de fevereiro e março, as cidades de Inácio Martins, Bom Sucesso e Reserva do Iguaçu devem ser contempladas com o Programa.



# Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola atende mais de 14 mil crianças

Completando 24 anos de atuação, o Programa “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola”, idealizado pelo Desembargador Roberto Portugal Bacellar, e coordenado pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, finalizou 2017 atingindo a marca de 14.775 crianças atendidas em 36 comarcas do Estado. Espalhando informações sobre direitos e deveres, a iniciativa conseguiu levar conhecimentos para mais de 300 escolas paranaenses.

Em Curitiba, a iniciativa foi acompanhada de perto pela Desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, que atuou como coordenadora do programa, trabalhando em parceria com as juízas: Fernanda Karam de Chueiri Santos, Adriana de Lourdes Simette, Flávia Viana e Leticia Guimarães. Com a dedicação das magistradas, o programa obteve um grande ganho com o aumento do número de escolas participantes, que saltou de 15, em 2016, para 22 em 2017.

Além delas, vários outros magistrados, advogados e promotores atuaram de forma voluntária participando de palestras e ações culturais. Ao final das atividades, as crianças participantes tiveram a oportunidade de mostrar o que aprenderam com apresentações de música, teatro e júris simulados.

Em Ubitatã, 11 escolas participaram do programa. Na festa de encerramento, acompanhada pela 2ª Vice-Presidente do TJPR, Desembargadora Lidia Maejima, o juiz da Comarca, Dr. Ferdinando Scremin Neto, reuniu dezenas de alunos e professores. Na ocasião, foram premiadas as redações de estudantes que escreveram sobre Justiça e Cidadania. O destaque foi o texto da aluna Camila Haiane dos Santos Pereira, do 5º ano da Escola Municipal Helena Connor Braz.

Em Campina Grande do Sul, a juíza Dra. Paula Priscila Candeo Haddad Figueira levou o “Justiça e Cidadania se Aprendem na Escola” para todas as escolas municipais da cidade, e também para instituições de Quatro Barras. No total, mais de 1.300 crianças foram atendidas na região.

O último evento da Comarca, realizado no final de novembro, também contou com a participação da 2ª Vice-Presidente do TJPR. Na ocasião, alunos da Escola Municipal Augusto Staben realizaram um júri simulado e os estudantes com as melhores redações ganharam medalhas do programa. O destaque ficou por conta do estudante Natan dos Passos Freitas Maciozek, que escreveu o texto intitulado: “Lição de vida e compromisso com a cidadania por uma vida melhor!”.



# Geração Atitude



Em 2017, por meio de sua 2ª Vice-Presidência, o TJPR participou de mais uma edição do projeto Geração Atitude, promovido pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) com a participação de vários órgãos estaduais. Como parte das atividades da Caravana da Cidadania, uma das etapas do projeto, em novembro, o Tribunal recebeu a visita de 25 estudantes do ensino médio de escolas estaduais de várias regiões do estado.

Os alunos foram recebidos pelos Desembargadores Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, coordenadora do projeto no Tribunal de Justiça, e Accácio Cambi, pelos Juízes Fábio Ribeiro Brandão e Adriana de Lourdes Simette, o Promotor Eduardo Augusto Salomão Cambi, que coordena o projeto no MP-PR, e as Professoras Juliana Alcova Silva e Eliana Zilio Santana, representantes da Secretaria de Estado da Educação (SEED). A partir da recepção os jovens puderam conhecer a Biblioteca, o Museu da Justiça e o gabinete do Presidente.

Finalizando a visita, os alunos também conheceram o espaço onde ocorrem as sessões do Tribunal Pleno, no 12º andar do prédio anexo ao Palácio da Justiça. Ali os magistrados esclareceram como é a composição do TJPR, a carreira do juiz e a sua função na sociedade. Antes de irem embora, eles ainda participaram de uma eleição simulada, registrando seus votos em urnas eletrônicas, fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

A visita foi apenas uma das fases do projeto que tem como objetivo apoiar a formação cidadã dos alunos, promovendo o protagonismo e a participação social. Ao compreenderem melhor assuntos como democracia, política, eleições e o funcionamento dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, espera-se que eles participem de discussões importantes envolvendo a sua realidade e atuem como agentes transformadores em suas comunidades.

Anualmente, participam do projeto 160 escolas públicas de 32 Núcleos Regionais de Educação da SEED. Em um primeiro momento, são realizadas palestras nas escolas, concursos culturais, debates e outras ações. A Caravana da Cidadania é um concurso que destaca as melhores ideias para mudar o Paraná. Os estudantes são incentivados a elaborar projetos de lei com a orientação de seus professores, tendo por base os materiais educativos elaborados pelo MP-PR, como o “Guia do Cidadão”.

Neste ano, dos 228 trabalhos inscritos, 25 foram selecionados. A premiação para os alunos foi uma viagem a Curitiba para conhecer os órgãos públicos estaduais e seus representantes. Por fim, os projetos de lei elaborados pelos estudantes foram apresentados na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e o trabalho vencedor poderá se converter em lei estadual.

# 1ª Edição do Programa Jovens Promissores atende 45 adolescentes

O Programa Jovens Promissores começa 2018 finalizando sua primeira edição. Com 3 turmas concluídas, cerca de 45 adolescentes já foram atendidos pela iniciativa e terão a oportunidade de participar de uma cerimônia de formatura, a ser celebrada no plenário do TJPR no próximo dia 27 de fevereiro.

Idealizado e supervisionado pela 2ª Vice-Presidência e executado em parceria com o CEJUSC do Fórum Cível de Curitiba e com a Escola de Servidores do TJPR (ESEJE), o Programa busca a mobilização de esforços por parte do Poder Judiciário e de diversos setores do poder público e da sociedade, buscando oferecer ferramentas para que os adolescentes acolhidos desenvolvessem as condições de assumirem o papel de protagonistas de suas próprias histórias, tornando o desligamento dos programas de acolhimento menos traumático.

Lançado em setembro de 2017, o Jovens Promissores teve início com uma série de estudos, realizados em Curitiba e região metropolitana, que permitiram a identificação dos adolescentes que se encontravam acolhidos e com idade próxima a 18 anos, ocasião em que são desligados das instituições de acolhimento e passam a ter a responsabilidade de se sustentarem. Além disso, foram identificados os principais desafios que comprometem o desenvolvimento da autonomia, como vínculos familiares fragilizados, reiteradas violações a direitos fundamentais, desigualdade de oportunidades, preconceito, escolaridade comprometida, dentre outros.

A partir desses levantamentos, as ações do Programa

foram divididas em duas etapas. Na primeira, de formação, foram oferecidas diversas atividades relevantes, como visitas guiadas ao TJPR, círculos restaurativos (visando estimular a reflexão, a autoestima, o resgate de valores e a criação da identidade do grupo), oficinas de educação financeira e empreendedorismo, além de visitas a diversas instituições públicas e privadas, nas quais os adolescentes puderam conhecer algumas carreiras e profissões.

A segunda etapa diz respeito aos acompanhamentos individuais: os adolescentes foram orientados e, sempre que possível, encaminhados a cursos profissionalizantes ou a vagas de estágio, aprendizagem ou emprego.

Além de finalizar o atendimento a dezenas de jovens, a iniciativa conquistou uma grande vitória ao viabilizar a realização de estágios no TJPR. Acatando a sugestão da 2ª Vice-Presidência, o Presidente do TJPR decidiu, no dia 22 de janeiro, reservar parte das vagas de estágio de ensino médio no Tribunal para adolescentes em situação de vulnerabilidade social, incluindo os jovens em acolhimento institucional atendidos pelo Jovens Promissores.

Finalizando a primeira edição com resultados expressivos, o objetivo do Programa é atender todos os adolescentes a partir de 14 anos de idade, que estejam em acolhimento institucional em Curitiba e Região Metropolitana, até o final de 2018. Para tanto, novas turmas devem ser abertas a partir de março.



# Magistrado em Destaque

Com ações de referência na área da Infância e Juventude, além dos esforços concentrados para promover a política autocompositiva, a Comarca de Toledo vem ganhando destaque no Estado. À frente de vários projetos, o magistrado Rodrigo Rodrigues Dias, que atua na Comarca há cerca de 15 anos, é um dos grandes responsáveis pelos relevantes resultados alcançados.

O magistrado começou a desenvolver um trabalho diferenciado com o desenvolvimento do "GAAT - Grupo de Apoio à Adoção de Toledo", que está completando 10 anos de atuação. Hoje consolidado, o GAAT tem papel decisivo na preparação de pretendentes à adoção, constituindo vínculos adotivos mais conscientes e consistentes, criando, inclusive, uma rede de apoio e solidariedade com integrantes que, mesmo depois de finalizarem as ações no Grupo, permanecem atuantes.

Como desdobramento do GAAT, outros dois projetos passaram a ser desenvolvidos na Comarca: o "Escola amiga da Adoção" e "Coleção de Histórias". O primeiro, pretende sensibilizar as escolas a tratar da temática da adoção, com a capacitação de professores e a certificação das instituições de ensino participantes. O segundo projeto pretende aprofundar os conhecimentos acerca dos desafios que envolvem a adoção com a troca de experiências de pessoas que passaram pelo processo.

O público ao qual se aplica medidas socioeducativas foi outro foco de ações. Com o projeto "Oficina da Palavra", o próprio magistrado, com o apoio de profissionais do Centro de Socioeducação de Toledo, promove círculos de paz com adolescentes. Já o "Além do olhar aprisionado: A vida pelos meus olhos", trabalha com a ideia de socialização das histórias de vida dos adolescentes privados de liberdade com o intuito de propiciar a reflexão sobre a trajetória de cada um.

O "Casamento Coletivo Cidadão" é outro projeto de destaque. Mais do que promover a união de casais, a iniciativa promove orientação sócio jurídica acerca de todos os aspectos burocráticos que envolvem o casamento. Todo o trabalho é desenvolvido em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Políticas para Mulheres, o Centro Universitário FAG - Campus Toledo



e o cartório de Registro Civil.

No Cejusc, o trabalho também não pára. Com o apoio da Juíza Denise Terezinha Corrêa de Melo Krueger, além dos projetos promovidos pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, como o "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola" e o "Pacificar é Divino", ainda são desenvolvidas iniciativas como o projeto "Cultura de Paz na Escola" que leva conceitos autocompositivos para os professores trabalharem a mediação escolar.

Os métodos autocompositivos recebem grande destaque na Comarca. Além da oferta de várias capacitações, os mediadores e conciliadores já capacitados ainda tem a formação continuada com oficinas temáticas que tratam das maiores dificuldades encontradas nas sessões. Também existem investimentos para a divulgação desses métodos, seja por meio de matérias jornalísticas, ou palestras de sensibilização, mostrando para a população uma outra forma de buscar a composição dos conflitos, dentro do Poder Judiciário, com base no diálogo.

Para o juiz Rodrigo Dias, a atuação fora do Fórum, mais próxima da população, é a parte mais importante da carreira. "Quando atuamos na cidadania, assumimos uma postura preventiva, evitando conflitos, oferecendo mais do que sentenças, extrapolamos as fronteiras do processo e das partes nele envolvidas. Costumo dizer que o trabalho com cidadania é o que me faz honrar a toga de que fui investido, é quando podemos mostrar o lado mais humano, solidário e interessado do magistrado", destaca ele.